Para Além do Ofício: O Papel da Consciência Negra na Formação Integral de Pessoas Adultas com DI/TEA em Cursos de Qualificação Profissional

Vanessa Ramos Teixeira [1]

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por uma dívida histórica de acesso e permanência. Quando esse cenário se cruza com o público da Educação Especial – especificamente alunos com Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) – e com a necessidade de qualificação profissional para inserção no mundo do trabalho, o desafio pedagógico transborda o ensino e exige uma abordagem humanizada.

Este cenário é balizado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a Lei nº 13.146/2015, que em seu Art. 28 estabelece o dever do Estado em assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida. No contexto da qualificação profissional, a LBI é categórica ao garantir que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho em livre escolha, aceitação, devendo ser privados ambientes acessíveis e inclusivos (Brasil, 2015).

Esse artigo relata a experiência pedagógica vivenciada no Mês da Consciência Negra, centrada na literatura e interpretação de Conceição Evaristo, contemplando a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, promovendo a reparação histórica e o fortalecimento identitário no currículo (Brasil, 2003).

O objetivo é discutir como as “escrevivências” da autora nos serviu de base para que alunos em situação de inclusão pudessem não apenas desenvolver competências linguísticas, mas, sobretudo, fortalecer sua identidade, autoconhecimento e consciência crítica. Como pergunta norteadora deste relato temos: De que maneira o repertório literário negro-brasileiro contribui na formação integral de sujeitos historicamente invisibilizados no mercado de trabalho?

No contexto de uma sala de aula de um curso profissionalizante de Auxiliar de Cabeleireiro, Barbeiro e Autocuidado, a atuação da bidocência – unindo a atuação da regência

[1] Doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Bolsista Capes, vanessaramospedagoga@gmail.com.

pedagógica ao conhecimento técnico – torna-se um pilar interessante para a mediação de alunos com TEA e DI. Conforme nos aponta Mascaro (2016), a profissionalização desse público deve ser compreendida como um direito social que visa à autonomia, superando visões assistencialistas que historicamente limitam o potencial laboral de pessoas com deficiência.

Nesta perspectiva, o ensino do ofício não pode estar dissociado da formação identitária para a pessoa com deficiência. Ao consideramos as atividades pedagógicas durante o Mês da Consciência Negra, a introdução da literatura de Conceição Evaristo serviu como catalisador para uma prática de letramento racial e emocional. A utilização do corpo e do toque, inerentes ao ofício do auxiliar de cabeleireiro e barbeiro, encontra suporte teórico em Alves (2013), que destaca a psicomotricidade como elemento vital para o desenvolvimento global do indivíduo, especialmente em adultos que necessitam reforçar sua consciência corporal e espacial, bem como os aspectos do autocuidado, que são temas constantes trabalhados ao longo do ano letivo.

A abordagem da neurociência cognitiva nos oferece subsídios para compreender como essa integração entre emoção, cultura e técnica favorecem a aprendizagem. De acordo com Dehaene (2022), o engajamento ativo e a atenção são pré-requisitos para a plasticidade cerebral. Ao se reconhecerem nas "escrevivências" de Evaristo, os alunos puderam estabelecer conexões neurais que facilitam a retenção de conceitos técnicos e o desenvolvimento de competências socioemocionais necessárias para uma possível atuação no mercado de trabalho. Este estudo de caso, portanto, descreve como uma escola de inclusão na Zona Oeste do Rio de Janeiro articulou saberes ancestrais à formação técnica para promover uma educação verdadeiramente emancipatória.

1. O Relato da Vivência: Do espelho à Identidade

A caracterização sociodemográfica da turma revelou uma predominância de estudantes pretos e pardos[2]. No turno da manhã, dos 12 alunos matriculados, 8 identificavam-se como negros (sendo 6 homens e 2 mulheres) e 4 como brancos (3 homens e 1 mulher). No turno da tarde, a composição era de 8 alunos, sendo 7 negros e apenas 1 mulher branca. É relevante notar que, embora a maioria numérica fosse de pessoas negras, o discurso inicial de autopercepção era marcado por resistências e distanciamentos identitários.

[2] Utiliza-se aqui a categoria negros conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que compreende a soma das populações pretas e pardas.

A experiencia pedagógica foi estruturada em etapas que visavam romper a barreira da invisibilidade. Entretanto, o discurso predominante era a negação da negritude, utilizando eufemismos como “marrom bombom” – referência a um sucesso musical popular que, no contexto pedagógico, revela o distanciamento de uma consciência racial crítica e a fuga de um estigma social.

A resistência tornou-se explícita durante uma aula sobre técnicas de finalização: “fitagem” em cabelos crespos, momento de dupla regência. Ao manipularem as texturas naturais nas “cabeças de treino”[3] e buscarem as definições dos fios, observou-se uma recusa significativa por parte dos alunos e alunas em reconhecerem àquela estética como positiva.

O grupo não identificou o cabelo crespo como bonito, evidenciando o que Kilomba (2019) discute sobre a introjeção do padrão colonial, a qual o padrão negro é lido como algo a ser corrigido ou escondido. Ao observarmos essa negação no ambiente de sala de aula, a partir da postura reativa do grupo, notou-se um paradoxo: mesmo sendo um grupo de pessoas com deficiência, inseridas em um contexto escolar que trabalha continuamente a inclusão e o combate ao capacitismo, a barreira do racismo estrutural mostrava-se ainda mais enraizada.

As atividades do ‘Setembro Verde’ (mês de luta pela inclusão da pessoa com deficiência) haviam terminado recentemente, o ponto de inflexão ocorreu quando, duas alunas estabeleceram uma conexão crítica fundamental ao associarem a rejeição ao cabelo crespo ao mesmo sentimento de exclusão e preconceito que vivenciam por suas condições de DI/TEA em situações de seu cotidiano.

Essa percepção dos discentes serviu como o “porta de entrada”, para que a temática da Consciência Negra deixasse de ser um conteúdo externo e passasse a ser compreendido como uma urgência identitária de cada aluno e aluna ali presente, contemplando de forma assertiva a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

[3] A cabeça de manequim, também denominada boneca de treino, é um recurso da área da beleza para aperfeiçoamento de habilidades técnicas em um ambiente controlado e com equipamento seguros que simulam o local de trabalho. No contexto dessa vivência, as atividades práticas foram realizadas em duplas, organizadas a partir de um mapeamento das habilidades motoras e das necessidades específicas de cada aluno (DI/TEA), visando favorecer a aprendizagem por pares e o desenvolvimento da psicomotricidade fina sob a supervisão da bidocência.

1.1 A Imagem e a Escuta: O Vídeo e a “Escrevivência”

Conforme Fonseca (2023), o conceito de “escrevivência” define-se pela Conceição Evaristo como a associação morfológica entre “escrever” e “viver” os sentidos decorrentes de se (re)escrever fatos vividos, o que decorre da expressão “escrever vivências” (Fonseca, 2023, p. 15). No contexto deste estudo de caso, a escrevivência não foi tratada como gênero literário, mas como uma metodologia de reconhecimento existencial para pessoas em situação de inclusão com um recorte racial.

Ao planejar a sequência didática, foi necessário considerar a heterogeneidade da turma e seus níveis de letramento. Dos alunos matriculados em ambos os turnos, apenas um terço domina o processo de escrita, ainda que sem plena compreensão leitora. Diante desse cenário, as deficiências associadas que impõem barreiras à alfabetização convencional, e considerando um curso voltado para inserção ao mercado de trabalho, o desenvolvimento das atividades pedagógicas tiveram respaldo nos estudos de Dehaene (2022), em especial, o pilar da aprendizagem envolvimento ativo.

Partido dos estudos do autor, entendemos que a aprendizagem significativa exige atenção e envolvimento ativo. Sabendo que a leitura de textos densos poderia excluir a maioria da turma, optou-se pelo estímulo multissensorial. A apresentação de um vídeo com a própria Conceição Evaristo permitiu que os alunos acessassem seus conhecimentos através da escuta e da imagem, estabelecendo conexões com uma referência negra viva. Essa estratégia foi fundamental, pois a imagem e a oralidade atuaram como mediadores, em que a escrita enquanto técnica, ainda não se apresentava consolidada.

Ouvir Evaristo discorrer sobre como suas vivências se tornarem escrita, possibilitou aos alunos pensarem suas trajetórias como pessoas com deficiência no ofício do curso de auxiliar de cabeleireiro e barbeiro. Aqui, a escrevivência funcionou como um “espelho sonoro”: se a autora escreve o que vive, em nossas aulas, nossos alunos foram incentivados a viver o que aprendem, transformando a prática profissional em um ato de afirmação e autocuidado. Essa etapa foi o alicerce necessário para que, no momento subsequente, o grupo pudesse confrontar suas próprias imagens no espelho, transpondo a barreira da negação estética identificada anteriormente.

1.2 O Espelho da Barbearia em Sala de Aula: A Poética de Olhos D'Água como autorreconhecimento

A leitura mediada do Poema Olhos D'Água não foi um exercício de letramento, mas um convite à investigação ancestral e física. A partir da provocação das alunas sobre o preconceito, a mediação pedagógica utilizou o poema como fio condutor para construção da autoimagem. Se na aula prática de "fitagem" o cabelo foi negado, a busca pela "cor dos olhos" proposta por Conceição Evaristo poderia nos oferecer um caminho mais suave e profundo para o autorreconhecimento.

Destinamos um momento de aula prática, com a orientação de se observarem no espelho da bancada de trabalho, porém sob uma nova ótica. Em vez de buscarem as características da sua deficiência, iniciariam a observação pela cor dos olhos, conforme o poema, expandindo para os traços do nariz, da boca, a tonalidade da pele e, finalmente, a textura do cabelo. Este exercício de psicomotricidade e consciência corporal (Alves, 2013), culminou na produção do autorretrato.

O autorretrato nos possibilitou a materialização do pilar de aprendizagem envolvimento ativo desenvolvido por Dehaene (2022), fundamental para que o conhecimento seja consolidado, o qual o aprendizado é muito melhor quando o grupo se beneficia da interação ativa com objetos físicos (Dehaene, 2022, p. 247). Ao desenharem a si mesmos após a imersão na poesia, os discentes com DI e TEA puderam consolidar a transição identitária: o "marrom bombom" deu lugar a uma representação gráfica de sujeitos negros, produtos e produtos de história. O desenho tornou-se a evidência estética, antes rejeitada, agora reconhecida como parte de sua própria beleza e história.

A execução do autorretrato não se limitou a uma atividade pedagógica de cunho artístico isolado, considerando as proximidades do dia da Consciência Negra, configurou-se como um registro clínico-pedagógico de autopercepção, trabalhando a Cultura Afro-Brasileira, promovendo a reparação histórica e o fortalecimento identitário do currículo escolar de forma transversal no Curso de Técnico de Auxiliar de Cabeleireiro, Barbeiro e Autocuidado.

Ao transpor para o papel o que acabaram de olhar e investigar no espelho, os alunos puderam realizar um esforço cognitivo de síntese. Para um estudante em situação

de inclusão com TEA/DI, que por vezes apresenta desafios na integração sensorial e no contato visual, o suporte com o Poema Olhos D'Água funcionou como um roteiro seguro, permitindo que o foco na cor dos olhos da mãe ou da avó servisse de referência emocional para o seu próprio desenho.

Nesse processo, pôde se observar uma mudança qualitativa no uso de cores e formas. A resistência anterior, manifestada pelo termo "marrom bombom", foi gradualmente substituída pela escolha consciente de tons marrom, preto e terracota que mais se aproximavam de suas peles reais. Destaca-se as afirmações de Alves (2013), a psicomotricidade fina aplicada ao desenho é indissociável da afetividade; portanto, ao desenhar seus traços negroides, os alunos estavam, simbolicamente, desenhando-se para dentro da sociedade com uma nova dignidade.

1.3 A Bidocência na Mediação

Para o contexto que se pretendeu aqui apresentar, a bidocência, no contexto da educação especial e qualificação profissional, operou como uma engrenagem de suporte técnico e emocional, garantindo que o ambiente de aprendizagem fosse um espaço de experimentação e não de julgamentos. Enquanto o professor técnico trazia o rigor do oficio – o manuseio dos instrumentos e a estética do curso de Auxiliar e Barbeiro e Cabeleireiro –, a regência pedagógica atuava na mediação das subjetividades e na tradução dos conceitos de identidade.

O Regime de bidocência, que ocorre de maneira sistemática entre o professor técnico e uma das pedagogas, seja a regente ou a especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE), permite uma mediação compartilhada, em que o instrutor técnico foca no desenvolvimento das competências profissionais e as pedagogas atuam na acessibilidade curricular, no suporte às funções executivas e na gestão das singularidades dos alunos.

Essa articulação garantiu que as barreiras de aprendizagem fossem identificadas e permitiu que alunos com DI ou TEA não se sentissem avaliados pela perfeição estética de seu autorretrato ou pela precisão técnica inicial de sua prática, mas acolhido em sua descoberta. A presença de três referências docentes[4], em sinergia,

[4] O corpo docente responsável pela viabilização desta vivência é estruturado de forma intersetorial, garantindo que o saber técnico e o saber pedagógico caminhem em constante diálogo. A equipe é

ofereceu aos estudantes uma rede de segurança: se a técnica desafiava a motricidade, a pedagogia validava a identidade, transformando o erro procedimental em uma etapa natural da construção do conhecimento, conforme os princípios de *feedback* positivo apresentados por Dehaene (2022).

Acrescentamos que a troca constante entre os docentes foi essencial para que a transição entre o poema e a bancada das atividades práticas fluíssem de forma harmônica e orgânica. O professor técnico pôde ressignificar o uso do espelho e da "cabeça de treino" a partir da sensibilização promovida pela regência pedagógica e o AEE, enquanto esta última pôde observar como as questões de autoestima e reconhecimento racial impactavam diretamente na coordenação motora e na segurança do aluno ao realizar a fitagem ou a preparação para o corte.

Essa simbiose docente evitou que o conteúdo da Consciência Negra fosse um "apêndice" no currículo, integrando-o como base estruturante para a formação profissional discente. O resultado foi uma prática pedagógica que respeitou o tempo de cada aluno, assegurando que o desenvolvimento da autonomia funcional (o ofício) caminhasse lado a lado com o fortalecimento do "eu" (a consciência), em plena conformidade com o que preconiza a LBI e o ensino para a diversidade.

2. Análise dos Resultados: A Consolidação do Aprendizado

A atividade nos possibilitou a confirmação do que Dehaene (2022) descreve como a consolidação da aprendizagem através do erro de predição e do *feedback.* Ao compararem o autorretrato com a imagem do espelho com referências de personalidades negras trabalhadas anteriormente[5], possibilitou ao grupo de alunos corrigir uma visão distorcida e colonizada que tinham de si mesmos. O resultado final dos trabalhos exibiu uma riqueza de detalhes nos cabelos – agora representados com volume, curvas, texturas, turbantes, antes rejeitados – evidenciando que a aula de

composta por um professor especialista, com formação técnica na área de barbearia e cabeleireiro, e duas pedagogas: a professora regente da turma e a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

[5] Durante a exibição do vídeo foi realizada um resgate de conhecimentos prévios em aula anterior, onde o grupo identificou figuras negras de relevância pública, como Pelé, Mussum, Glória Maria, Daiane dos Santos, Jorge Aragão e Arlindo Cruz. No entanto, a transição dessas personalidades mediáticas para a figura de uma escritora negra representou um novo patamar de complexidade.

fitagem, embora inicialmente conflituosa, encontrou resolução em sua aceitação estética e no fortalecimento da autoestima do grupo.

A eficácia dessa consolidação pedagógica identitária reflete-se diretamente na motivação do grupo para o ingresso no mercado de trabalho. No atual contexto da turma, dois alunos já se encontram em estágio remunerado: um atuando como auxiliar administrativo e outro como auxiliar de cabeleireiro. A presença desses pares em ambientes produtivos funciona como catalisador de expectativas positivas para os demais colegas do grupo.

O sucesso desses estudantes é um contra-argumento prático às resistências que o mercado de trabalho ainda apresenta para contratação da pessoa com deficiência. Ao unirem competência técnica ao reconhecimento de sua própria negritude e potencialidade, os alunos tornam-se mais críticos frente às barreiras do capacitismo e do racismo estrutural.

Como aponta Mascaro (2016), a profissionalização de pessoas com DI / TEA deve romper o ciclo da invisibilidade, e o reconhecimento de si, mediado pela "escrevivência" e pela neurociência, é o que garante que esses sujeitos ocupem espaços não por caridade, mas por competência e direito a partir de suas subjetividades.

3. Conclusão: Para Além do Ofício

O estudo de caso aqui apresentado demonstrou que a qualificação profissional de adultos com Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino técnico profissionalizante, atinge sua plenitude quando transcende o ensino de técnicas procedimentais. A vivência pedagógica realizada em uma escola de inclusão na Zona Oeste do Rio de Janeiro revelou que um curso profissionalizante de Auxiliar de Cabeleireiro, Barbeiro e Autocuidado em suas técnicas é indissociável da construção da identidade do sujeito.

Ao articularmos a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) com a Lei nº 10.639/2003, o projeto assegurou não apenas o direito ao aprendizado técnico, mas o direito fundamental ao reconhecimento de si como pessoa negra e cidadã. A transição da autodenominação "marrom bombom" para a aceitação estética e racial, mediada pela

"escrevivência" de Conceição Evaristo e pelo poema "Olhos D'Água", evidenciou a potência da literatura como ferramenta de saúde mental e social.

A aplicação dos pilares da neurociência e da psicomotricidade, permitiu que aos alunos em situação de inclusão, utilizasse o espelho não como um lugar de busca por falhas, mas como um território de descobertas de heranças de seus antepassados. O autorretrato final não foi um desenho despretensioso, foi um documento cuja intencionalidade pedagógica rompeu com o padrão colonial de beleza que, por tanto tempo, silenciou a subjetividade desses alunos.

Ademais, a estratégia da bidocência mostrou-se um modelo eficaz para o ensino profissionalizante inclusivo. A simbiose entre o olhar pedagógico e do instrutor técnico garantiu que os discentes se sintam seguros para errar, aprender e, finalmente, se profissionalizar. Os resultados concretos, visíveis aos alunos que já ingressaram em estágios, servem de motivação para os demais, provando que, embora o mercado ainda apresente barreiras capacitistas e racistas, a escola pode e deve ser o espaço de fortalecimento para o enfrentamento dessas resistências.

Conclui-se que o papel da consciência negra na formação desses sujeitos é um componente estruturante de autonomia. Oferecer um curso de auxiliar de cabeleireiro e barbeiro "para além do ofício" significa formar profissionais que conheçam a técnica, mas que, acima de tudo, orgulhem-se dos seus corpos e da história que representam. Esta prática reafirma que a educação inclusiva só é verdadeira e transformadora quando é também descolonizadora, garantindo que o aluno com deficiência seja protagonista de sua própria escrevivência profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade no idoso**: o corpo em movimento. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.** Acesso em: 9 jan. 2026.

DEHANE, Stanislas. **É assim que aprendemos**: por que o cérebro aprende melhor do que qualquer máquina... ainda. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2022.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTES, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Org.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo.** Rio de Janeiro: Malê, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo e a mulher negra na sociedade - Espelho** [Arquivo de vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1SRI-R27F_o . Acesso em: 14 nov. 2025.

EVARISTO, Conceição**. Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

MASCARO, Cristina. **Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual**. Curitiba: Appris, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.